

ENVELHECIMENTO E CURSO DA VIDA

GUITA GRIN DEBERT

Na reflexão sobre as formas de gestão da velhice e as novas imagens do envelhecimento, é preciso considerar as mudanças ocorridas no curso da vida que caracterizam a experiência contemporânea e que levam à criação de uma série de etapas intermediárias entre a idade adulta e a velhice, como a 'meia-idade', a 'terceira idade' e a 'aposentadoria ativa'.

Expressões como "curso da vida pós-moderno", "sociedade unietária" e "descronologização da vida" têm sido utilizadas de modo a dar conta de mudanças que, a partir dos anos 70, deram novas configurações aos comportamentos tidos como adequados aos grupos de idade e às relações entre eles, promovendo um embaçamento das fronteiras que caracterizavam estilos de vida considerados próprios aos indivíduos em diferentes faixas etárias.

O interesse deste artigo é problematizar a maneira como essas transformações são caracterizadas, sugerindo que o processo por elas descrito é concomitante a outro processo, aparentemente inverso, que transforma as idades em mecanismos privilegiados na criação de atores políticos e na definição de mercados de consumo. Ao considerar as mudanças nas etapas da vida quero também chamar a atenção para o modo como está sendo operada uma dupla dissociação.

Por um lado, uma dissociação entre juventude e uma faixa etária específica e a transformação da juventude em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida, através da adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados. Tratar da terceira idade é se referir a um conjunto de discursos (amplamente divulgados pela mídia) e de novos espaços de sociabilidade (como os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade) empenhados em desestabilizar expectativas e imagens culturais tradicionais, associadas a homens e mulheres de mais idade. Enfatizando que a idade não é um marcador pertinente de comportamentos e estilos de vida, essas manifestações tratam de divulgar uma série de receitas como técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, ginásticas, medicamentos, bailes, universidades e outras formas de lazer que procuram mostrar como os que não se sentem velhos devem se comportar, apesar da idade.

Por outro lado, é operada uma dissociação entre a aposentadoria e a velhice, que transforma a aposentadoria em um momento privilegiado para a renovação pessoal, a busca do prazer e da satisfação. A aposentadoria deixa de ser um marco a indicar a passagem para a velhice ou uma forma de garantir a subsistência daqueles que, por causa da idade, não estão mais em condições de realizar um trabalho produtivo. É preciso, portanto, rever o tipo de vulnerabilidade a que velhos e aposentados estão expostos, em um contexto em que os contingentes de aposentados são cada vez mais jovens e já não podem ser considerados como o setor mais desprivilegiado da sociedade. Um novo olhar se impõe, sobretudo, quando o desemprego e o subemprego atingem proporções alarmantes e os aposentados têm direitos sociais dos quais é excluída a população em outras faixas etárias, especialmente os jovens.

Interessa, assim, mostrar que essa dupla dissociação sugere que as etapas mais avançadas da vida podem ser experimentadas de maneira mais gratificante, especialmente para as mulheres. Entretanto, ela tende também a acirrar hierarquias sociais e desobrigar o Estado de políticas sociais, transformando os problemas da velhice em um problema dos indivíduos que negligenciaram seus corpos e foram incapazes de se envolver em atividades motivadoras.

As mudanças no curso da vida e as fronteiras entre idades

Pensar nas mudanças no curso da vida tem levado autores a considerar que a história da civilização ocidental estaria marcada por três etapas sucessivas em que a sensibilidade investida na idade cronológica é radicalmente distinta: a pré-modernidade, em que a idade cronológica, menos relevante do que o *status* da família na determinação do grau de maturidade e do controle de recursos de poder; a modernidade, que teria correspondido a uma cronologização da vida; e a pós-modernidade, que operaria uma desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unietário.

Quando se discutem as idades na pré-modernidade, geralmente a referência é a obra de Ariès e Elias¹. Em seu estudo sobre a infância, Ariès mostrou como esta categoria foi sendo construída a partir do século XIII, alargando a distância que separava as crianças dos adultos. Na França medieval, as crianças não eram separadas do mundo adulto; a partir do momento em que sua capacidade física permitisse e em idade relativamente prematura, participavam integralmente do mundo do trabalho e da vida social. A noção de infância desenvolveu-se lentamente ao longo dos séculos e só gradualmente a criança passou a ser tratada como um problema específico. Roupas e maneiras adequadas, jogos, brincadeiras e outras atividades passaram a distinguir a criança do adulto. Instituições específicas, como as escolas, foram criadas e encarregadas de atender e preparar a população infantil para a idade adulta.

Contra a visão que considera que as crianças no passado comportavam-

¹ Cf. ARIÈS, P.. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991; ELIAS, N.. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

se como adultos responsáveis, Elas, em seu trabalho sobre o processo civilizatório, sugere que o comportamento dos adultos, na Idade Média, era muito mais solto e espontâneo. Os controles sobre as emoções eram menos acentuados e sua expressão, como ocorre com as crianças, não carregava culpa ou vergonha. A modernidade teria alargado a distância entre adultos e crianças, não apenas pela construção da infância como uma fase de dependência, mas também pela construção do adulto como um ser independente, com maturidade psicológica e com direitos e deveres de cidadania.

Tratar das transformações históricas ocorridas com a modernização é também chamar a atenção para o fato de que o processo de individualização, próprio da modernidade, teve na institucionalização do curso de vida uma de suas dimensões fundamentais. Estágios da vida foram claramente definidos e separados e a fronteira entre eles passou a ser dada pela idade cronológica. É nesse sentido que a expressão "cronologização da vida" é usada por Kohli e Meyer para caracterizar as transformações na forma como a vida é periodizada, no tempo de transição de uma etapa para outra, na sensibilidade investida em cada um dos estágios, mas também no próprio caráter do curso da vida como instituição social. Essa institucionalização crescente do curso da vida teria envolvido praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos².

Na explicitação das razões que levaram à cronologização da vida, pesos distintos podem ser atribuídos a dimensões diversas. A padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice pode ser pensada como resposta às mudanças estruturais na economia, devidas sobretudo à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para uma economia baseada no mercado de trabalho. Inversamente, a ênfase pode ser dada ao Estado Moderno que - no processo de transformação de questões que diziam respeito à esfera privada e familiar em problemas de ordem pública - seria, por excelência, a instituição que orienta o curso da vida, regulamentando todas as suas etapas, desde o momento do nascimento até a morte, passando pelo sistema complexo de fases de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria.

Obviamente, quando se procura estabelecer uma relação entre modernidade e cronologização da vida, é preciso levar em conta as variações nas etapas e na extensão em que o seu curso é periodizado em sociedades modernas distintas, bem como o tipo de seqüência cronológica que caracteriza a experiência de diferentes grupos sociais em uma mesma sociedade; é, sobretudo, importante refletir na especificidade do curso da vida das mulheres.

Olhar para o modo como se dão as entradas e saídas das mulheres do mundo do trabalho, para a carreira educacional e para o tipo de representação que elas têm em diferentes profissões é observar que, para elas, a vida é muito menos institucionalizada que para os homens. Contudo, os dados sobre eventos como o

² Cf. KOHLI, M. e MEYER, J. W. . Social Structure and Social Construction of Life Stages. *Human Development*, n.º 29, 1996.

casamento e o nascimento do primeiro filho têm não apenas um impacto maior na experiência das mulheres, mas também formatam o modo como elas interpretam suas próprias vidas. Desse ponto de vista, a biografia feminina seria muito mais institucionalizada do que a do homem, mas como uma consequência do ciclo da vida familiar.

Pensar nessas questões obviamente requer estudos minuciosos sobre diferentes coortes geracionais. É, entretanto, para a descronologização da vida que se voltam as pesquisas interessadas nas rupturas com a modernidade que caracterizam a experiência contemporânea.

Trata-se de perguntar se a idéia de papéis seqüenciados, extremamente divididos por idades, captaria a realidade social de uma sociedade que atinge o nível de desenvolvimento tecnológico da sociedade contemporânea. É essa questão que leva Held a propor que uma das características marcantes da experiência pós-moderna seria a "desinstitucionalização" ou a "descronologização da vida". Sua argumentação terá como base as mudanças ocorridas no processo produtivo, no domínio da família e na configuração das unidades domésticas³.

As mudanças ocorridas no processo de produção - principalmente aquelas relacionadas com o processo de informatização, velocidade na implementação de novas tecnologias e rapidez no processo de obsolescência das técnicas produtivas e administrativas - fazem com que a relação entre as grades de idade e a carreira sejam obliteradas, na medida em que conhecimentos anteriormente adquiridos freqüentemente tornam-se obstáculos para a abertura e adaptação às inovações.

No domínio da família, desenvolvimentos recentes na distribuição de eventos demográficos como casamentos, maternidade, divórcios e nos tipos de unidade doméstica apontariam uma sociedade em que a idade cronológica é irrelevante: mais do que mudanças de uma forma para outra, teríamos uma variedade nas idades do casamento, do nascimento dos filhos e nas diferenças de idades de pais e filhos. As obrigações familiares tenderiam a se desligar da idade cronológica. A mesma geração, em termos de parentesco, tem uma variedade cada vez maior em relação à idade cronológica (mães pela primeira vez aos 16 e aos 45 anos), ao mesmo tempo em que gerações sucessivas, do ponto de vista da família, pertencem ao mesmo grupo de idade como, por exemplo, mães e avós na mesma faixa etária.

O estabelecimento de uma unidade doméstica independente pode ocorrer em qualquer idade sem marcar, necessariamente, o início de uma nova família, de forma que pessoas de idades cronológicas muito distintas podem ter uma experiência similar em termos de situação de moradia.

O trabalho de Meyrowitz sobre o impacto da mídia eletrônica no comportamento social vai na mesma direção. Esse autor sugere que a mídia tende a integrar mundos informacionais que antes eram estanques, impondo novas formas de comportamento que apagam o que previamente era considerado o comporta-

³ Cf. HELD, T.. Institutionalization and Deinstitutionalization of the Life Course. *Human Development* n.º 29, 1986.

mento adequado a uma determinada faixa etária. As crianças ganham, cada vez mais, acesso ao que antes era visto como aspectos da vida adulta, posto que a mídia dissolve os controles que os adultos tinham sobre o tipo desejável de informação às faixas mais jovens. As informações disponíveis, os temas que são objeto de preocupação, a linguagem, as roupas, as formas de lazer tenderiam cada vez mais a perder uma marca etária específica⁴.

Dessa perspectiva, a experiência contemporânea exigiria uma revisão das concepções da psicologia do desenvolvimento em que o curso da vida é periodizado como uma seqüência evolutiva unilinear, em que cada etapa da vida, apesar das particularidades sociais e culturais, tem um caráter universal.

“Curso da vida pós-moderna” é uma expressão cunhada por Moody, para dar conta das mudanças que caracterizam a experiência contemporânea e que levam a uma relativização das normas apropriadas a cada estágio da vida, indicando a emergência de uma sociedade em que a idade passa a ser irrelevante⁵.

O curso da vida moderno é reflexo da lógica fordista, ancorada na primazia da produtividade econômica e na subordinação do indivíduo aos requisitos racionalizadores da ordem social. Tem como corolário a burocratização dos ciclos da vida, através da massificação da escola pública e da aposentadoria. Três segmentos foram claramente demarcados: a juventude e a vida escolar; o mundo adulto e o trabalho; e a velhice e a aposentadoria. O apagamento das fronteiras que separavam juventude, vida adulta e velhice e das normas que indicavam o comportamento apropriado aos grupos de idade é, segundo Moody, o reflexo de uma sociedade pós-fordista, marcada pela informatização da economia, pela desmassificação dos mercados de consumo, da política, da mídia e da cultura, e pela fluidez e multiplicidade de estilos de vida, frutos de uma economia baseada mais no consumo do que na produtividade.

O curso da vida adulta e a velhice

Para Moody seria próprio da cultura pós-moderna a promessa de que é possível escapar dos constrangimentos e dos estereótipos, das normas e dos padrões de comportamento baseados nas idades. Esse autor considera, ainda, que é preciso tempo para avaliar se essa promessa é uma ilusão ou uma esperança realista a indicar mudanças libertárias.

Considero, no entanto, que é preciso relativizar a radicalidade das transformações no curso da vida e que é possível olhar com menos entusiasmo para as promessas libertárias da pós-modernidade, especialmente quando pensamos na velhice.

⁴ Cf. MEYROWITZ, J. . *No Sense of Place - The Impact of Electronic Media on Social Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

⁵ Outros autores já haviam identificado essa tendência de tornar as idades irrelevantes. O interesse das colocações de Moody está no fato de que a irrelevância das idades é associada a processos de ordem mais global. Cf. MOODY, H. R. Overview: What is Critical Gerontology and Why is it Important? In COLE, T. R. et alii (org.). *Voices and Visions of Aging - Toward a Critical Gerontology*. Nova Iorque: Springer Publishing Company, 1993.

As idades ainda são uma dimensão fundamental na organização social e seria um exagero supor que elas deixaram de ser um elemento fundamental na definição do *status* de uma pessoa. O estatuto do menor, um tema em debate. Ao discurso que demanda incorporar às crianças direitos tidos como próprios dos adultos é, com a mesma força, contraposto um outro que enfatiza sua situação de dependência. Da mesma forma, nas considerações de que a velhice é uma nova juventude, uma etapa produtiva da vida, é sempre reiterado o direito à aposentadoria a partir de uma determinada idade cronológica.

A afirmação da irracionalidade da razão, a crítica às pretensões universalistas e a valorização do pluralismo e do conhecimento local, próprios da pós-modernidade, certamente explicam a quebra da autoridade dos adultos. Contudo, poder-se-ia ainda argumentar que esse é um fenômeno restrito, próprio de certos setores da classe média e não uma nova sensibilidade que teria se difundido na sociedade como um todo.

Seria também ilusório pensar que essas mudanças são acompanhadas de uma atitude mais tolerante em relação às idades. A característica marcante desse processo é a valorização da juventude, que é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico. A promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo. As oposições entre o 'jovem velho' e o 'jovem jovem' e entre o 'velho jovem' e o 'velho velho' parecem ter se constituído em formas privilegiadas de estabelecer laços simbólicos entre indivíduos, em um mundo em que a obliteração das fronteiras entre os grupos é acompanhada de uma afirmação, cada vez mais intensa, da heterogeneidade e das particularidades locais.

É para o modo pelo qual, nesse contexto, a velhice é transformada em uma responsabilidade individual e, por isso, pode ser excluída do nosso campo de preocupações sociais que interessa atentar.

Quando se tem em vista a vida adulta, interessa discutir o caráter possivelmente libertário, bem como a lógica de exclusão que poderiam estar orientando o curso destas transformações. Para autores como Jean-Pierre Boutinet, em *L'Adulte en Question(s) Face aux Défis d'une Culture Postindustrielle*, pensar nas características da vida adulta contemporânea é traçar um quadro sombrio. A idéia de autonomia que caracterizava essa etapa é substituída pela situação de precariedade e dependência que marca a perda do emprego, a formação profissional que deve ser ininterruptamente continuada e as crises pessoais envolvidas em um sem-número de escolhas que estão sempre presentes. De acordo com esse autor, o mundo assiste, por um lado, a uma liberação precoce dos indivíduos da situação infantil e adolescente (com a diminuição da idade de maioridade cívica, por exemplo) e, por outro, a uma infantilização da vida adulta. O adulto é ameaçado de dupla precariedade: de um lado, uma juventude interminável e, de outro, a aposentadoria precoce; por essa razão, o "adulto ativo é cada vez mais um ideal e cada vez menos uma realidade"⁶. Quando as esferas ideológicas e religiosas, a

⁶ Artigo publicado em *Dialogue - Recherches Cliniques et Sociologiques sur le Couple et la Famille*, nº. 127, 1995, p. 90.

família e a profissão não se constituem mais em pólos de identificação, conclui o autor, a desilusão pode assumir formas variadas que vão desde a indiferença até o famoso *burn out*, a exaustão do profissional num ativismo desenfreado.

Olhar para o modo como a meia-idade tem sido recriada no contexto brasileiro é, entretanto, aplaudir o lado gratificante dessa experiência, especialmente para as mulheres.

A expressão **idade da loba** - que Regina Lemos consagrou no Brasil para descrever a mulher de quarenta anos - não deixa dúvidas que essa pode ser a melhor metade da vida. Trazendo relatos de 96 mulheres, essa faixa etária é apresentada como um momento privilegiado para a descoberta de novas potencialidades, para o exercício da sedução, para a estréia no papel de mãe ou de profissional, para a inauguração de novos projetos e realização de outros que tiveram que ser adiados⁷.

A representação da velhice como um processo contínuo de perdas - em que os indivíduos ficariam relegados a uma situação de abandono, de desprezo e de ausência de papéis sociais - foi responsável por uma série de estereótipos negativos em relação aos velhos, mas foi, também, um elemento fundamental para a legitimação de um conjunto de direitos sociais que levaram, por exemplo, à universalização da aposentadoria.

A tendência contemporânea é, no entanto, a inversão da representação da velhice como um processo de perdas e a atribuição de novos significados aos estágios mais avançados da vida, que passam a ser tratados como momentos privilegiados para novas conquistas guiadas pela busca do prazer. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que propiciariam aos mais velhos oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados em outras etapas da vida, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos. São essas as imagens do envelhecimento que acompanham a construção da **terceira idade**, revendo os estereótipos negativos da velhice e abrindo espaço para que experiências de envelhecimento bem-sucedidas possam ser vividas coletivamente. No Brasil, nos últimos anos, tem crescido o número de universidades e grupos de convivência da terceira idade que, com uma capacidade impressionante de mobilizar mulheres, têm promovido de maneira muito evidente e gratificante a redefinição de valores, atitudes e comportamentos dos grupos mobilizados⁸.

Entretanto, o sucesso surpreendente das iniciativas voltadas para a terceira idade é proporcional à precariedade dos mecanismos de que dispomos para lidar com os problemas da velhice avançada. A imagem do envelhecimento bem-sucedido, associada à terceira idade, não oferece instrumentos capazes de enfrentar os problemas envolvidos na perda de habilidades cognitivas e de controles físicos e emocionais que estigmatizam o velho e que são fundamentais, na nossa

⁷ Cf. LEMOS, R. *Quarenta - A Idade da Loba*. São Paulo: Editora Globo, 1995.

⁸ A participação masculina raramente ultrapassa os 10%. Ver o balanço das pesquisas realizadas sobre os programas para a terceira idade, em DEBERT, G. G., *Gênero e Envelhecimento. Estudos Feministas*, vol. 2, n.º 3, 1994.

sociedade, para que um indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos direitos de cidadania. A dissolução dos problemas da velhice avançada nas representações aguerridas da terceira idade produz um processo que tenho chamado de **reprivatização da velhice** e que envolve sua transformação em uma responsabilidade individual. Esse processo tende a desarmar a tarefa da gerontologia de combinar estudos rigorosos dos problemas relacionados com o idoso com a defesa dos direitos e interesses dos mais velhos.

As novas imagens do envelhecimento são, sem dúvida, expressão de um contexto marcado por mudanças culturais que redefinem o modo de construção das identidades. Como mostra Anthony Giddens, é próprio da experiência contemporânea que a definição do eu, de quem sou e a adoção de estilos de vida se faça em meio a uma profusão de recursos, como vários tipos de terapias, manuais de auto-ajuda, programas de televisão e artigos em revistas. A boa aparência, o bom relacionamento sexual e afetivo deixam de depender de qualidades fixas que as pessoas podem possuir ou não, e se transformam em algo que deve ser conquistado a partir de um esforço pessoal⁹.

Entretanto, ao projeto reflexivo do eu - que Giddens considera estaria em compasso com uma sociedade mais democrática - devem ser associadas as novas concepções do corpo e as formas como elas recodificam a velhice.

As concepções autopreservacionistas - a idéia da plasticidade do corpo que pode ser formatado para expressar o eu, através de toda uma tecnologia que faz com que suas imperfeições não sejam mais tidas como naturais nem imutáveis - abrem campo para experiências mais gratificantes. Elas, no entanto, criam também novas hierarquias, acirrando as diferenças sociais e econômicas que marcam a população brasileira.

Não se trata de dizer que as biotecnologias postas em ação tenham um potencial libertário ou sejam monoliticamente demoníacas. Quando se fala em biotecnologia é preciso ser o mais concreto possível. No caso da velhice, contudo, dificilmente poderíamos supor que há uma democratização das relações e uma tolerância maior com o corpo envelhecido. As técnicas de manutenção corporal com a ênfase no corpo jovem transformaram a meia-idade em uma espécie de platô que pode ser eternamente mantido. No contexto em que o envelhecimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados. O declínio inevitável do corpo, do corpo que não responde às demandas da vontade individual, é antes percebido como fruto de transgressões e por isso não merece piedade.

Engolidos pelas concepções autopreservacionistas do corpo, os gerontólogos têm agora como tarefa encorajar os indivíduos a adotarem estratégias instrumentais para combater a deteriorização e a decadência. Afiados com a burocracia estatal, que procura reduzir os custos com a saúde educando o público

⁹ Cf. GIDDENS, A.. *As Transformações da Intimidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

para evitar a negligência corporal, os gerontólogos abrem também novos mercados para a indústria voltada para o rejuvenescimento.

O reconhecimento da pluralidade de experiências de envelhecimento não implica supor que a dependência não é a condição natural dos que ficam velhos nem propor que não há limites ao investimento cultural e tecnológico nos processos biológicos.

Em outras palavras, do tratamento das mudanças no curso da vida e das novas imagens da velhice, não está ausente a sugestão de redefinições de políticas públicas que podem acirrar hierarquias sociais e responsabilizar os indivíduos por sua própria miséria e sofrimento.

Ao louvar as pessoas saudáveis e bem-sucedidas que aderiram aos estilos de vida e à parafernália de técnicas de manutenção corporal sugeridas pelos gerontólogos e amplamente veiculadas pela mídia, assistimos à emergência de novos estereótipos. Se um indivíduo não é ativo, não está envolvido em programas de rejuvenescimento, atinge a velhice no isolamento e na doença, a culpa é exclusivamente dele.